ESTRUTURA DA RENDA FAMILIAR EM ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES DO NORDESTE DO ESTADO DO PARÁ

Arnaldo José de Conto¹, Expedito Ubirajara Peixoto Galvão², Luiz Roberto Graça¹, Alfredo Kingo Oiama Homma², Rui de Amorim Carvalho² e Célio Armando Palheta Ferreira².

RESUMO O trabalho analisou a estrutura da renda familiar de três associações de pequenos produtores para identificar sua relevância na sustentação das famílias. As comunidades apresentaram estrutura de renda agrícola e não agrícola bastante distintas. A produção de lavouras foi a principal componente em todas. As principais diferenças foram observadas quanto a produtos de origem animal e de extrativismo. Em uma associação o gasto com a aquisição de alimentos foi superior ao obtido na propriedade. As rendas não agrícolas são importantes na formação da renda familiar. A análise da renda familiar, mostrou-se importante para conhecer a realidade dos pequenos produtores.

Palavras chaves: formação da renda, Amazônia.

FAMILY INCOME STRUTURE FOR ASSOCIATIONS OF SMALL FARMERS IN NORTHEASTERN STATE OF PARÁ

ABSTRACT Family income structure of 3 small farmers associations were organized in order to study their relevance for family sustenance. Farm and off-farm income were quite different for all of them. Cash crops income was the most important and greater differences occurred between animal and extracting activities. Off-farming income was an important component, in particular those coming out from retirement wages. This analysis was found to be an useful tool for understanding the reality of small farming in that region.

Key-words: income formation, Amazon, Brazil.

² Pesquisadores da EMBRAPA-CPATU. C. P. 48, Balém - Pará CEP. 66.017-970

¹ Pesquisadores da EMBRAPA-CNPF. C. P. 319. Colombo - PR, CEP 87.311-000

1. INTRODUÇÃO

A renda média per capita da população do Estado do Pará é uma das mais baixas do País tendo caído, no período de 1980 a 1994, de U\$1.134 para U\$ 898, sendo que em 1980 eqüivalia a 57,8% e em 1994 a somente 35% da renda nacional. Esses valores evidenciam que, comparativamente à população brasileira a população do Estado vem empobrecendo (COSTA, 1995).

Alguns trabalhos, a nível de pequenas propriedades da região Norte, mais especificamente no nordeste paraense, mostraram baixa remuneração obtidas pelas famílias dos pequenos produtores. Cerca de 46,6% foram consideradas sem condições de obterem renda suficiente para sua sustentação e foi observado que para reduzir riscos torna-se importante o melhor aproveitamento da mão-de-obra familiar (SANTANA e KHAN 1990 e SANTANA 1992).

Os projetos de reforma agrária na região Norte apresentam uma grande instabilidade dos assentados em razão de dificuldades nas áreas de fronteira de expansão da agricultura. Nesses locais, as atividades produtivas são realizadas às custas de áreas de floresta densa, ao contrário da praticada nas regiões de fronteira consolidada e a renda do extrativismo baseada na venda de madeira. A renda média das famílias assentadas na região Norte foi estimada em 4,8 salários mínimos mensais, sendo a mais elevada entre as regiões brasileiras (ROMEIRO 1994).

O uso dos recursos naturais a nível das propriedades rurais apresentam análises controversas sobre sua lucratividade e mesmo legalidade de uso. A caça de subsistência, realizada por pequenos produtores, é considerada como de alto risco para as populações de animais e como conseqüência para a continuidade da atividade, caso não venha a ser acompanhada de programas de manejo adequado. A viabilidade de reservas extrativistas de produtos vegetais é discutida por diversos autores, que apresentam argumentações que geram conflitos de opiniões. O principal conflito está relacionado à questão de medição da sustentabilidade e sobre que ótica que a mesma é abordada. Não existe divergência quanto aos aspectos ecológicos, mas principalmente, quanto às viabilidades econômica e social (BODMER & RODRIGUES 1992, HOMMA 1993 e KITAMURA 1995).

Outros aspectos salientados por pesquisadores, na região, são relacionados ao aproveitamento de conhecimentos, gerados a partir de tecnologias praticadas pelas comunidades locais. Existem proposições também no sentido de que a extensão rural se ajuste ao processo de viabilização de tecnologias e de produtos não tradicionais, buscando novas alternativas para viabilizar sistemas, que melhorem o uso dos recursos e ao mesmo tempo provocam o incremento da renda (DUBOIS 1996 e MAY & PASTUK 1996).

Outros estudos têm relatado a experiência de comunidade de pequenos produtores que introduziram inovações tecnológicas no processo produtivo, envolvendo o uso de trato no preparo do solo e de aplicação de adubo químico e de herbicidas. Essas inovações estavam relacionadas ao cultivo de culturas tradicionais de mandioca e de feijão, propiciando ganhos aos que os adotam. A adocão dessas tecnologias possibilitaria. inclusive, a racionalidade aproveitamento do solo e. ao mesmo tempo. um melhor aproveitamento da infra-estrutura social representada por escolas, estradas, hospitais, etc. Nas áreas de expansão da fronteira agrícola, foi observado que a extração da madeira é um fator de motivação para os primeiros agricultores que atuam de forma simbiótica com os madeireiros (CONTO et al. 1996 e HOMMA, 1996).

A administração dos bens familiares e da propriedade foi analisado por CARRIERI et ali (1993), ao estudarem o processo de administração de propriedades de uma comunidade de propriedades familiares de Minas Gerais. Os autores observaram que a direção e administração da produção estão confundidas com a direção e a gestão da vida familiar. Ressaltaram que, na prática, as decisões são tomadas em função umas das outras, ou seja, não há uma separação efetiva entre aquelas originárias da administração da propriedade das que são provenientes de necessidades familiares. Observaram ainda a não separação entre a família e a propriedade, o trabalho-produto e o consumo.

O desconhecimento do processo de formação da renda das famílias dos pequenos produtores e o perfil do consumo das famílias pode dificultar o processo de identificação das principais demandas para o processo tecnológico e de apoio à comercialização. As rendas não monetárias, resultantes do consumo familiar de produtos obtidos na propriedade, e as rendas obtidas por membros fora da propriedade

são desconsideradas em muitos estudos realizados junto a pequenos produtores. Por outro lado, as demandas da família representadas pelo perfil de consumo também têm sido relegadas nos estudos junto a esses grupos de produtores.

O presente trabalho foi realizado com o objetivo de analisar a estrutura da renda e de consumo de um grupo de associações de pequenos produtores situados da Mesorregião do Nordeste Paraense. Especificamente se pretende determinar a estrutura da formação da renda e do consumo familiar e apresentar sugestões para a melhoria das condições das associações estudadas.

2. METODOLOGIA

Este estudo faz parte de um trabalho iniciado em 1994, por pesquisadores do CPATU, na Mesorregião do Nordeste Paraense, que objetiva o entendimento do processo de transformação tecnológica que vem sendo observado a nível de propriedades.

Para a realização do trabalho foram escolhidas três associações que congregam produtores das comunidades de: São Tomé do Panela, situado no município de Irituia, de Bela Vista, situada no município de São Miguel do Guamá e do Arraial de São João, localizada no município de Bragança.

Os dados, a nível de propriedades, foram coletados no mes de outubro de 1994. Foram analisadas informações de 24 produtores da associação da comunidade de São Tomé do Panela, 13 de Bela Vista e 52 do Arraial de São João, totalizando 89 produtores amostrados. Desses, em razão de muitos produtores não terem fornecido informações completas sobre a formação da renda ou consumo, bem como pela inconsistência dos dados, para fins desse trabalho a amostra foi reduzida a 17 produtores da associação de São Tomé, 13 de Bela Vista e 31 de São João.

Para melhorar o entendimento do estudo e dos resultados é apresentada uma caracterização geral de cada uma das associações. Vale ressaltar que a maioria dos produtores das comunidade costumam participar das associações de sua comunidade, uma vez que os custos são irrisórios e é através delas que são carreados muitos dos benefícios comunitários e individuais. No caso específico do financiamento do FNO (Fundo Constitucional do Norte),

administrado pelo BASA (Banco da Amazônia), os pequenos produtores só tinham acesso se ligados à associação comunitária.

Associação de São Tomé do Panela

Essa associação nasceu de um trabalho desenvolvido pelo Sindicato do Trabalhadores Rurais de Irituia, onde vem sendo desenvolvido um trabalho de formação, apoiado pela CUT (Central Única do Trabalhadores) e da Central Sindical Italiana ISCO/CISL. Em cada comunidade do município foi criado um núcleo associativo de produtores, sendo um deles o de São Tomé do Panela.

A maioria dos membros da associação residem no povoado de São Tomé do Panela e são descendentes de famílias que se assentaram na região antes da abertura da BR 010 (Belém-Brasília). O povoado conta com energia elétrica e a distância até a cidade mais próxima, São Miguel do Guamá, são de 9 km de estrada asfaltada.

Com o financiamento do FNO os produtores passaram a utilizar fertilizantes químicos e orgânicos e trator no preparo do solo. Isso porque o contrato de crédito os tornava obrigatórios no caso de plantio de culturas perenes (laranja, maracujá e côco-da-baia). O FNO só financiava culturas perenes e a compra poucas cabeças de gado.

Comunidade de Bela Vista

A comunidade da Bela Vista foi formada a partir de uma invasão de terra, realizada por migrantes nordestinos, nos fundos da área de uma fazenda na década de 60.

A associação chegou a agrupar produtores de comunidades vizinhas, no entanto, em razão de problemas administrativos, se restringiu aos moradores da vila, passando de 25 para 15 membros. A vila de Bela Vista, onde residem todos os entrevistados, conta com energia elétrica, escola, abastecimento de água e situada-se a 15 km da rodovia BR 010, ligada por estrada de chão. A distância até a cidade mais próxima, Santa Maria do Pará, é de 27 km (dez de estrada de chão e doze de asfalto).

A associação dos produtores possuia trator próprio desde 1982 e vem fazendo uso contínuo dele. Com o passar dos anos, os produtores identificaram diferenças entre solos mais apropriados à mecanização e aqueles impróprios para essa operação. Introduziram a adubação para recuperar a fertilidade dos solos, onde a mecanização vem sendo praticada há mais tempo, e de herbicidas para o controle das

invasoras. Para essas inovações receberam pouca orientação de técnicos, baseando-se principalmente no processo de tentativa com erro e acerto.

A principal cultura dos produtores da comunidade é a mandioca para a produção de farinha, vindo a seguir o feijão e, em menor proporção, frutas (laranja, acerola, mamão, etc) e hortaliças. Somente dois produtores tiveram acesso a financiamento do FNO.

Comunidade do Arraial de São João

A associação do Arraial de São João foi formada a partir de um movimento de pequenos produtores para obterem financiamento do FNO. Para tanto agrupou produtores de cinco comunidades vizinhas, predominando o grupo do Arraial de São João. Por ocasião do levantamento, o grupo era formado por aproximadamente 60 produtores, 36 dos quais haviam obtido financiamento para o plantio de culturas perenes (côco-da-baia e laranja). Com parte dos recursos adquiriram dos tratores e equipamentos para o preparo do solo. O uso de trator no preparo do solo para o plantio de feijão já era conhecido na região há mais de dez anos. O uso de adubo químico só foi introduzido na comunidade de forma mais expressiva através do financiamento do FNO.

A maioria dos moradores do Arraial e das comunidades vizinhas é formada por descendentes de moradores da região antes da construção da ferrovia Belém-Bragança, que ocorreu no início do século.

O Arraial de São João e comunidades vizinhas possuem energia elétrica e o maior deles, Miraselva, situado a 4 km, fica a beira do asfalto colocado sobre o antigo trilho da estrada de ferro, contando com colégio de segundo grau, abastecimento de água e posto de saúde.

As principais culturas desenvolvidas pelos produtores, ligados à associação, são a mandioca para produção de farinha e o feijão caupi.

Para a análise da renda considerou-se que:

$$Y_T = \sum_{i=1}^{n} (Y_A + Y_{NA})$$
 onde: $Y_A = \sum_{i=1}^{n} (Y_{AN} + Y_L + Y_E)$,

Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. De 04 a 08 de agosto de 1997 - Centro de Convenções - Natal/Rio Grande do Norte.

$$\begin{split} Y_{NA} &= \sum_{i=1}^{n} \big(MO + A + C + D + SL \big), \ Y_{AN} &= \sum_{i=1}^{n} \big(V_{A} + V_{CA} - V_{M} \big), \\ Y_{L} &= \sum_{i=1}^{n} \big(V_{L} + V_{CL} - V_{STIL} \big), \quad \text{e} \quad Y_{E} &= \sum_{i=1}^{n} \big(V_{E} + V_{CE} \big) \end{split}$$

onde:

 $Y_T = Renda Média Familiar Total$

Y_A = Renda Média Agrícola

 Y_{AN} = Renda Média de Origem Animal

V_A = Valor das vendas de produtos de origem animal

V_{CA} = Valor do consumo familiar de produtos de origem animal

V_M = Valor do consumo de milho na propriedade

 $Y_L = Renda Média de Origem em Lavouras$

 V_L = Valor das vendas de produtos de origem de lavouras

 V_{CL} = Consumo familiar de produtos de origem de lavouras

 V_{STIL} = Valor das despesas com serviços ($_S$), aluguel de trator ($_S$), insumos ($_I$) e lenha para a produção de farinha($_L$)

 $Y_E = Renda de Extrativismo$

 V_E = Venda de produtos de extrativismo

 V_{CE} = Valor de consumo familiar de produtos de extrativismo

 $Y_{NA} = Renda não Agrícola$

MO = Venda de Serviços A = Aposentadorias

C = Atividades Comerciais D = Recebimento de Doações

SL = Recebimento de Salários

podendo-se ainda considerar que:

$$Y_{TM} = \frac{Y_T}{N_{Yi}}$$
 onde:

 Y_{TM} = Renda Total Média por unidade de fator de produção X

 N_{Xi} = Número médio de pessoas por família, equivalentes homem médio por família e área explorada média por propriedade.

Para a análise do consumo familiar (C_F) considerou-se que:

$$C_F = \sum_{i=1}^{n} (A + S + V + Vg + E + O)$$
 onde:

$C_F = Consumo Familiar$

A = Alimentação comprada; Vg = Viagens e Passagens<math>S = Saúde E = Despesas com Energia

V = Vestuário O = Outras despesas

Com base nos dados disponíveis foi possível calcular a capacidade de poupança média por unidade familiar de cada uma das comunidades, onde:

$$C_{PF} = \sum_{i=1}^{n} (VP_{ALE} + Y_{NA} - V_{STI} - C_{F})$$
 onde:

 C_{PF} = Capacidade de Poupança da Família.

VP_{ALE} = Venda de produtos de origem animal, de lavouras e do extrativismo

 V_{STIL} = Valor das despesas com serviços (s), aluguel de trator (s), insumos

No cálculo da valor da produção de aves e de suínos foi deduzido, de forma proporcional ao valor da produção, o valor do consumo de milho na propriedade. No caso da farinha de mandioca foi deduzido o valor do consumo de lenha. Os valores de serviços, uso de trator e insumos foram deduzidos de cada lavoura, quando especificado, quando não, foram deduzidos proporcionalmente ao valor da produção de farinha de mandioca e de feijão caupi.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A da renda média familiar(Y_T) das três associações, com seus diversos componentes, é apresentada na Tabela 1.

Os produtores da associação de São Tomé apresentam uma composição de renda bastante diversificada, onde se destaca, em relação às demais associações, a participação da renda do extrativismo (Y_E) com 25,4% da renda agrícola (Y_A). O consumo de produtos agrícolas é superior ao vendido em 1,74 vezes, o que caracteriza os produtores como voltados prioritariamente à produção de alimentos para seu autoconsumo. Entre eles se destacam os do extrativismo e os de origem animais (aves)

Os produtores da associação de Bela Vista apresentam um quadro de produção totalmente distinto daquele de São Tomé. Há uma

concentração da produção nas lavouras, sendo inexpressiva a renda de extrativismo. Somente 25,5% da produção é destinada ao consumo na propriedade. Assim, os produtores podem ser caracterizados como mais voltadas ao mercado.

Tabela 1. Valor médio de renda e consumo familiar de produtos de origem animal, de lavouras e do extrativismo e de fontes não agrícolas, em três associações do nordeste paraense (em R\$1.00 de outubro de 1994)

Itens	S. Tomé	Bela	São
	do Panela	Vista	João
Consumo Familiar de Animais (V_{CA})	484,59	238,66	770,92
Venda de Animais (V_A)	56,41	107,46	392,61
Valor do Consumo de Milho (V_M)	59,49	28,85	104,73
Renda Bruta de Animais (Y_{AN})	481,51	317,27	1.058,80
Valor Total de Aves	351,10	238,33	539,43
Valor Total de Suínos	77,47	63,56	506,47
Valor Total de Bovinos	52,94	15,38	12,90
Consumo Familiar de Lavouras (V_{CL})	628,84	403,73	741,56
Venda de Lavouras (V_L)	908,87	2.855,46	2.094,42
Valor dos Insumos e Serviços (V_{STIL})	147,30	581,54	846,48
Participação de Serviços (S)	116,52	289,02	470,65
Participação de Trator (T)	0,00	111,66	126,12
Participação de Insumos (I)	3,68	144,80	193,00
Participação de Lenha (L)	27,10	36,06	56,71
Renda Bruta de Lavouras (Y_L)	1.390,41	2.677,65	1.989,50
Valor da Farinha de Mandioca	1.012,20	1.904,72	1.152,77
Valor do Feijão Caupi	117,54	328,12	482,85
Valor de Outros	260,67	448,81	1636,62
Consumo de Extrativismo (V_{CE})	611,94	113,62	508,45
Venda de Extrativismo (V_E)	24,94	0,00	5,06
Renda Bruta de Extrativismo (Y_E)	636,24	113,62	513,52
Participação de Lenha e Carvão	110,70	57,60	92,43
Participação do Açaí	457,46	56,02	184,87
Outros produtos	68,08	0,00	236,22
Renda Bruta Agrícola (Y _A)	2.508,16	3.108,54	3.561,82
Renda Não Agrícola (Y _{NA})	571,18	938,85	1.001,13

Renda Bruta Total (Y_T)	3.079,34	4.047,39	4.562,95
---------------------------	----------	----------	----------

Na associação de São João as atividades também são bastante diversificadas, divergindo da de São Tomé basicamente pela maior importância da produção animal e uma produção de extrativismo pouco inferior, em termos absolutos. A produção destinada ao consumo na propriedade corresponde a 81,1% do total. No caso do extrativismo, a exemplo de São Tomé, praticamente toda a produção é destinada ao consumo familiar.

Na associação de São Tomé 17,4% do valor do extrativismo origina-se da produção de lenha e carvão e o restante da coleta de frutos, caça e pesca. Na associação de Bela Vista o percentual sobre para 50,7% para lenha e carvão, basicamente, em razão do baixo valor do extrativismo. Entre as famílias de São João também predominou a coleta de frutos e caça e pesca com a lenha e carvão representando somente 18.0%.

Também é possível observar uma diferenciação entre os grupos de produtores das associações no que se refere ao valor absoluto e relativo das despesas com serviços, insumos e lenha (*Y*_{STIL}). No caso das despesas dos produtores da associação de São Tomé, 79,1% referem-se a mão-de-obra de terceiros, 18,4% com lenha destinada à produção de farinha de mandioca e 2,5% à compra de adubo químico e nenhum produtor pagou serviço de trator. Os valores médios dos produtores das duas outras associações se aproximam, ou seja, na de Bela Vista 49,7%, do valor foi destinado ao pagamento de mão-de-obra, 19,2% ao uso de trator, 24,9% à aquisição de insumos e 6,2% atribuídos à lenha consumida na produção de farinha, percentuais esses, semelhantes ao grupo de São João, que foram de 55,6%, 14,9%, 22,8% e 6,7%, respectivamente.

Para o cálculo dos valores de insumos e serviços foram deixados de lado os relativos às culturas implantadas com recursos do FNO, uma vez que as mesmas não se achavam em produção.

A composição das rendas não agrícolas (Tabela 2) das famílias também é distinta entre as associações, tanto nos valores quanto no número de famílias que as possui. Os membros da associação de São Tomé possuem uma renda média mais baixa. Somente (58,8%) das famílias possuem renda não agrícola e só uma família (5,9%) tem nessa fonte mais de 50% da renda total familiar.

Das famílias da associação de Bela Vista, somente uma (7,7%) não possui renda não agrícola. Dez famílias (76,9%) tem renda com origem em aposentadorias, atividades comerciais ou salários e 30,8% do total auferem mais de 50% de sua renda de fontes não agrícolas.

Na associação de São João, 77,4% das famílias possuem rendas não agrícolas, sendo 64,5% com origem em aposentadorias, atividades comerciais ou salários. Somente 4 famílias (12,9%) auferem mais de 50% de sua renda de fontes não agrícolas.

Tabela 2. Valor médio das rendas não agrícolas familiar das três associações (em R\$1,00 de outubro de 1994)

	·		
	São Tomé	Bela	São
Itens	do Panela	Vista	João
Mão-de-obra Familiar (MO)	92,35	48,08	87,90
Aposentadorias (AP)	321,18	490,00	322,90
Atividades Comerciais (AC)	0,00	206,15	385,16
Doações (D)	0,00	40,00	41,49
Salários (SL)	157,65	154,62	163,23
Renda não Agrícola (Y _{NA})	571,18	938,85	1.001,13

Assim, pode-se considerar que as famílias ligadas à associação de Bela Vista possuem maior ligação com fontes não agrícolas de renda, inclusive com dependência de parcela significativa da renda familiar.

Em termos relativos, os produtores das três associações apresentam um perfil de consumo familiar bastante semelhante em termos relativos (Tabela 3). Diferenças maiores ocorrem, em termos absolutos, entre os ligados à associação de São Tomé comparados aos das duas outras. Portanto, esses valores não servem para diferenciar os produtores das associações, mas sim para verificar que os mesmos possuem um perfil de consumo semelhante, independentemente das rendas monetárias obtidas através da produção e de atividades não agrícolas.

A capacidade de poupança (Tabela 4) é outro fator que possibilitou diferenciar os produtores entre as três associações analisadas. Vale salientar que, da forma como foi medida a capacidade de poupança não significa que os produtores tenham esses valores economizados. Na grande maioria dos casos, as famílias

adquiriram bens duráveis ou investiram na melhoria das instalações da propriedade. Essa informação foi solicitada por ocasião do levantamento, porém não quantificada.

Tabela 3. Valor médio das despesas familiares das três associações (em R\$1,00 de outubro de 1994)

(0111 114 1,00 00 000010 00 155 1)				
	São Tomé	Bela	São	
Itens	do Panela	Vista	João	
Alimentação (A)	957,86	1.308,92	1.266,71	
Saúde (S)	104,48	123,85	116,77	
Vestuário (V)	146,34	200,00	190,00	
Despesas com Passagens (Vg)	73,46	118,31	104,32	
Consumo de Energia (E)	69,38	116,39	120,03	
Outros (O)	0,00	10,77	10,52	
Consumo Familiar (C_F)	1.351,52	1.878,24	1.808,35	

Tabela 4. Capacidade de poupança média das famílias das três associações (em R\$1,00 de outubro de 1994)

	São Tomé	Bela	São	
Itens	do Panela	Vista	João	
I - Renda Monetária				
Venda de produtos (VP_{ALE})	990,22	2.962,92	2.498,10	
Rendas não agrícolas (Y _{NA})	571,18	938,85	1.001,13	
Subtotal de Renda Monetária	1.561,40	3.901,77	3.493,23	
II - Despesas Monetárias				
Valor dos Serviços e Insumos (V_{STI})	120,71	546,00	790,09	
Despesas com a família (C_F)	1.351,52	1.878,24	1.808,35	
Subtotal de Despesas Monetárias	1.472,23	2.424,24	2.598,44	
III- Capacidade de Poupança (C_{PF})	89,17	1.477,53	894,79	

Os produtores de São Tomé apresentam um potencial médio de poupar quase nulo, ao contrário do observado entre os demais, em especial aos de Bela Vista. A maior diferença entre os grupos de produtores ocorreu em função do valor das vendas da produção agrícola, e principalmente dos valores de lavouras. Os produtores de São João apresentaram um desempenho inferior aos de Bela Vista

devido ao valor das vendas de produtos de lavouras e ao maior dispêndio com serviços e insumos, uma vez que, as vendas de produtos de origem animal foi superior (Tabela 1).

Na tabela 5 são apresentados os valores médios da disponibilidade de fatores de produção e indicadores de seu desempenho.

A renda total familiar, por pessoas residentes, foi bastante semelhante entre as famílias das associações de Bela Vista e de São João, que por sua vez superaram às de São Tomé em 1,65 e 1,68 vezes, respectivamente. As duas últimas se aproximam bastante da renda média da população do Pará em 1994, estimada em U\$ 898.

O valor da produção por unidade de área evidencia que os produtores ligados à associação de São João possuem potencial para ampliarem o valor da produção de sua propriedade uma vez que a produção obtida pelos produtores de Bela Vista é 1,85 vezes superior e a de São Tomé 1,3 vezes.

Tabela 5. Valores médios de fatores de produção e de indicadores de desempenho das três associações (em R\$1,00 de outubro de 1994)

	São Tomé	Bela	São
Itens	do Panela	Vista	João
Pessoas Residentes	6,9	5,5	6,1
Área média explorada	18,7	16,3	34,6
Renda Média per capita	446,28	735,89	748,02
Valor da Produção de Lavouras por			
área disponível	134,13	190,71	102,94

4. CONCLUSÕES

Os grupos de famílias das três associações apresentam estrutura de renda familiar distintas entre si, servindo para a diferenciação das mesmas.

Nas três associações, a produção de lavouras foi a principal componente da renda da familiar. No entanto, a produção do extrativismo e produtos de origem animal foram as que apresentaram maiores diferenciações entre elas.

As famílias que obtiveram maior renda por unidade de área apresentarem uma interação maior com o mercado, comprando insumos e serviços e vendendo produtos.

Somente as famílias de uma associação adquiriram mais alimentos do que o produzido na propriedade para autoconsumo, apesar de atingiram uma produção mais elevada por unidade de área.

O extrativismo, praticado de forma mais intensiva nas associações de São Tomé e São João, contribuiu de forma significativa para aumentar o consumo familiar, no entanto, não resultou numa redução equivalente de outras fontes de alimentos para as famílias.

O perfil de consumo familiar de produtos e serviços adquiridos, foi semelhante entre as famílias das três associações, o que demonstra uma distribuição homogênea nas demandas por consumo de bens e serviços.

As rendas não agrícolas são de grande importância para as famílias dos pequenos produtores, constituindo, em média, 21,5% da renda total e 28,5% da renda monetária, de todas as famílias estudadas.

As aposentadorias rurais tornam os membros mais idosos contribuintes efetivos na formação da renda familiar, participando com ganhos superiores à renda média per capita das famílias das três associações.

5. BIBLIOGRAFIA

- BODMER, R.E.; RODRIGUES, D.L. Importância do manejo da vida silvestre para a caça de subsistência na Amazônia brasileira. In: SINDAMAZÔNIA. Anais. Governo do Estado do Pará. 1992. p.118-120.
- CARRIERI, A.de P.; AGUIAR, A.R.C.; MOURA FILHO, J.A., Oprocesso de gestão na pequena produção familiar rural: um estudo de caso no sul de Minas Gerais. Agricultura em São Paulo, v.40 Tomo 2. 1993. Instituto de Economia Agrícola.
- CONTO, A.J.de; HOMMA, A.K.O.; GALVÃO, E.U.P.; FERREIRA, C.A.P.; CARAVALHO, R.A.de. A mecanização na pequena propriedade no região noroeste do Estado do Pará Brasil. <u>Anais</u>. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33. Curitiba: SOBER, 1995. p.1007-1030.
- COSTA, J.M.M.da, Desenvolvimento regional e desenvolvimento sustentável: uma avaliação de consistência macroeconômica. In:

- Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade dos recursos naturais. COSTA, J.M.M. da. org. <u>Amazônia</u>: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais. Belém: UFPA-NUMA, 1995. p.1-36.
- DUBOIS, J.C.L, Uses of wood and non-wood forest products by Amazon forest dewellers, Unisylva, Roma, n.186, p.8-15, 1996.
- HOMMA, A.K.O. <u>Extrativismo vegetal na Amazônia</u>: limites e oportunidades. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993 229p.
- HOMMA, A.K.O.; WALKER, R.; SCATENA, F.N.; CONTO, A.J. de; CARVALHO, R.A.de; FERREIRA, C.A.P.; SANTOS, A.I.M., Redução do desmatamento na Amazônia: política agrícola ou ambiental? <u>Anais</u>. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33. Curitiba: SOBER, 1995. p.1075-1096.
- KITAMURA, P. Política ambientais para a Amazônia. In: Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade dos recursos naturais. COSTA, J.M.M.da org. <u>Amazônia</u>: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais. Belém: UFPANUMA, 1995 p.125-162.
- MAY, P.H.; PASTUK, M. Tropical forest manegement options, social diversity and extensio en eastern Amazonia. <u>Unisylva</u>, Roma, n. 184, p.21-26, 1996.
- ROMEIRO, A. R. Renda e emprego: a viabilidade e o sentido da reforma agrária In: ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. org. <u>Reforma agrária:</u> produção emprego e renda o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.p.75-86.
- SANTANA A. C. de; KHAN, A.S., Análise sócio-econômica de pequenas unidades de produção em Santa Izabel do Pará <u>Revista de Economia e Sociologia Rural</u>, Brasília, v.28, n.2, p.255-274, 1990.
- SANTANA, A.C. de Análise econômica da produção agrícola sob condição de risco numa comunidade amazônica. <u>Revista de Economia e Sociologia Rural</u>, v.30, n.2, p.159-170, 1992.